

FICHA TÉCNICA

[facebook.com/manuscritoeditora](https://facebook.com/manuscritoeditora)

© 2017

Direitos reservados para Letras & Diálogos,  
uma empresa Editorial Presença,  
Estrada das Palmeiras, 59  
Queluz de Baixo  
2730-132 Barcarena

Título original: *Grandes Vinganças da História de Portugal*

Autor: *Ricardo Raimundo*

Copyright © Ricardo Raimundo, 2017

Copyright © Letras & Diálogos, 2017

Revisão: *Ana Salvador/Editorial Presença*

Capa: *António Pinto*

Imagens da capa (da esquerda para a direita): *AKGimages/Fotobanco.pt;*

*Retrato de autor desconhecido em domínio público; Alamy/Fotobanco.pt;*

*Museu da Presidência da República; Alamy/Fotobanco.pt;*

*Retrato de Simplicio Rodrigues de Sá em domínio público;*

*Coleção Frederico Delgado Rosa.*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

ISBN: 978-989-8818-99-7

Depósito legal n.º 426 645/17

1.ª edição, Lisboa, julho, 2017

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	13
I — VINGANÇAS POR RAZÕES POLÍTICAS .....	17
1. D. João II e a conspiração do duque de Bragança: «[...] <i>dissimulou de maneira que nunca pessoa alguma entendeu nada nele, e tudo guardou em si</i> » ....	19
2. Cunhado que tem desculpa à primeira traição, à segunda já não tem perdão: a morte de D. Diogo às mãos do cunhado D. João II .....	25
3. Como o leão decrépito que na selva perde o poder e se vê atacado pelos outros animais, assim é o ministro que perdendo o seu rei se vê alvo de vingança: o processo contra o marquês de Pombal .....	30
4. Quando os dois irmãos não se entendem no modo de governar, o povo aproveita para as suas vinganças: retratos da guerra entre liberais e miguelistas no Algarve .....	38
5. O regicídio de 1 de fevereiro de 1908: « <i>Já mataram o rei gordo / e o magrinho também; / Acabem com o que ficou / Depois liquidem a mãe</i> » .....	46
6. A morte de Sidónio Pais: « <i>Aquele é o presidente? A pistola já estava pronta, o dedo no gatilho [...] Acabava assim o Absolutismo</i> » .....	54
7. A camioneta conduzida pela vingança: a «noite sangrenta» de 19 de outubro de 1921 .....	61
8. Uma humilhação que tinha de ser vingada: a captura e morte do general Humberto Delgado .....	68
9. Uma eliminação a mando do Estado Novo ou de interesses africanos: o assassinato de Amílcar Cabral .....	76
10. A queda do <i>Cessna YV-314P</i> , um infeliz acidente ou quando se põe em causa certos interesses: o caso Camarate .....	84

II — VINGANÇAS POR RAZÕES ECONÓMICAS .....	91
11. Fernão de Magalhães e a sua vingança por um tostão de diferença: «Português sim, mas não na lealdade» .....	93
12. As alterações de Évora em 1637: «Foi este dia de grandíssima confusão nesta Cidade, e quase do mesmo modo os três ou quatro que se lhe seguiram» .....	99
III — VINGANÇAS POR RAZÕES RELIGIOSAS .....	105
13. Um rei que, entrando em conflitos terrenos com os bispos, se torna alvo de castigo divino: D. Sancho I e as contendas com os bispos .....	107
14. D. Afonso II, das concessões feitas em Cortes ao confronto aberto com o clero: «E sucedeu-lhe seu filho Afonso no princípio cristianíssimo, mas no fim seguiu a sua vontade» .....	114
15. Quando o povo fala em milagre divino, aquele que não acredita sofre a fúria popular: Lisboa, 19 de abril de 1506 .....	121
16. Ao serviço da religião mas também dos interesses pessoais: as denúncias ao Tribunal da Santa Inquisição como forma de vingança .....	127
17. O velho jesuíta Gabriel Malagrida, condenado à morte por desejo do marquês de Pombal: «Assim, o excesso de ridículo e de absurdo juntou-se ao excesso de horror» .....	133
IV — VINGANÇAS COMETIDAS POR MULHERES .....	139
18. Uma irmã que, na possibilidade de a outra se tornar rainha, se vinga planeando a sua morte: o assassinio de D. Maria Teles de Meneses às mãos de Leonor Teles .....	141
19. D. Leonor, a mulher que abandonou o marido, D. João II, no leito de morte: «A principal coisa a que todos devemos olhar é saber bem morrer» e a «feiíssima falta de caridade» de uma rainha .....	147
20. Quando o marido tem demasiada pontaria para o sexo feminino, a mulher perde-a na caça: D. José ferido por um tiro disparado pela rainha D. Mariana Vitória .....	156
21. Rainha pouco submissa e com interesses «poco comum en su sexo» torna a vida do rei num suplício: as conspirações e intrigas de D. Carlota Joaquina contra D. João VI .....	161
V — VINGANÇAS POR AMOR .....	169
22. Quando o coração pede vingança não se olha a palavra dada nem a acordos de paz: a sede de vingança de D. Pedro I contra os carrascos da amada Inês de Castro .....	171

23. Quem se mete com a amante régia, mete-se com o próprio soberano: as vinganças de D. Pedro IV para com aqueles que destrataavam Domitila de Castro .....	181
VI — VINGANÇAS EM DEFESA DA HONRA .....	187
24. Denúncia em Tribunal que se rege pelos interesses, tanto é repetida até que dá resultado: o processo de Damião de Góis na Inquisição portuguesa .....	189
25. Domingos Fernandes Calabar, um português que se vinga da pátria por uma questão de honra: « <i>E quanto mais dano ele podia ocasionar a seus patrícios, maior era sua alegria</i> » .....	194
26. Vingar a honra manchada pelos rumores de adultério: Domingos Leite Pereira e o atentado a D. João IV .....	200
27. Nova dinastia que obriga súbditos nobres a obedecer a estrangeiros de baixa condição não merece respeito: D. Fernão Teles de Faro e a sua mudança para o lado espanhol .....	206
VII — VINGANÇAS ENTRE IRMÃOS .....	213
28. Quando os irmãos não se entendem na herança, põe-se o País a ferro e fogo: o conflito entre D. Afonso II e as irmãs .....	215
29. Um secundogénito que sendo-lhe recusado o trono faz a vida do irmão no inferno: as pequenas vinganças do infante D. Afonso contra o rei D. Dinis .....	221
30. A vingança serve-se com a chegada ao trono: D. Afonso IV e o ajuste de contas com os meios-irmãos Afonso Sanches e João Afonso .....	228
VIII — VINGANÇAS QUE CONDUZIRAM A GUERRAS .....	233
31. Quando se pretende alterar a ordem natural de uma sucessão dinástica e se tenta travar um filho demasiado ambicioso, sofre-se as consequências: confronto entre o infante D. Afonso e o pai D. Dinis .....	235
32. O conflito armado entre D. Afonso V e o tio e sogro, o infante D. Pedro: «[...] <i>mas hordenavamno assy seus ymyguos, por acrescentar no cume da desordenada vyngança</i> » .....	243
33. O desejo de vingança de um pai que perdeu o filho: «[...] <i>vou com meus cavaleiros a essa tua cidade, lançar a gente que se aí acolheram, [...] e venho com esperança em Deus do Céu tomar deles vingança e de quem os ajudar</i> » .....	250

IX — VINGANÇAS DE SANGUE .....	255
34. Quando o povo clama por vingança é melhor saciá-lo: « <i>E ficou loguo alli gram parte do poboo, açceso com brava sanha, por aver a pressa emtrada a See, e filharem logo do Bispo viimgãça</i> » .....	257
35. Miguel de Vasconcelos, um português que procura a vingança, mas que se torna alvo dela: E contra ele « <i>se vai voltar o ódio espicaçado do contribuinte, avolumado pela herança do aborrecimento que o Reino teve a seu pai</i> » .....	263
36. Quando o desejo de vingança leva à extinção de uma família: o atentado ao rei D. José e o processo dos Távora .....	268
37. Quando o povo clama por vingança nada o faz demover, mesmo que esteja a ser injusto: a morte de Bernardim Freire de Andrade às mãos de uma turba enlouquecida .....	277
X — VINGANÇAS FALHADAS .....	285
38. Um vagabundo, um vizinho interesseiro e um secretário de Estado muito receoso: uma conspiração contra Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal .....	287
39. Conspirador que bebe e fala de mais, compromete toda uma operação: a conspiração «Gomes Freire de Andrade» .....	293
40. O ódio contra os ingleses e contra um rei irresponsável: ou a efémera República proclamada da janela da Câmara do Porto a 31 de janeiro de 1891 .....	300
41. A « <i>bulha na rua</i> » ou o golpe de 28 de janeiro de 1908: « <i>Agarrar o rei pelo pescoço e apertar-lhe os gorgomilos</i> » .....	306
42. Um comboio a caminho da vingança: o atentado contra o futuro chefe do governo, João Pinheiro Chagas .....	313
43. Vingança que nasce torta, tarde ou nunca se endireita: o atentado falhado contra Salazar .....	319
NOTAS .....	325
FONTES .....	345
BIBLIOGRAFIA .....	350

*«Se tu nos espetas não sangramos? Se tu nos fazes  
côcegas não rimos? Se tu nos dás veneno não morremos?  
Se nos fazes mal, não nos devemos vingar?»*

WILLIAM SHAKESPEARE

*«Uma coisa é certa: o homem que planeia vingança  
procura manter as suas chagas abertas, caso contrário  
elas podem sarar, e ele desistir.»*

FRANCIS BACON

*«Nada melhor do que descobrir um inimigo,  
preparar a vingança e depois dormir tranquilo.»*

JOSEF STALIN

## INTRODUÇÃO

A vingança é um instinto do Homem, que o acompanha desde os tempos mais remotos e que evoluiu ao longo dos séculos. Este facto é largamente comprovado pelas referências encontradas em grande parte dos documentos, sejam literários, históricos ou religiosos, de diversas épocas.

Do ponto de vista psicológico, a vingança é um sentimento tão natural no ser humano quanto o amor, o ódio ou o medo. Diríamos mesmo que é intrínseco à natureza humana, fazendo parte da solidariedade mecânica, como diria Durkheim.

Durante muito tempo, a vingança era executada pelo próprio ofendido ou grupo de ofendidos, sem qualquer critério de proporcionalidade ou de limitação da pena ao autor da ofensa. Tratava-se da vingança privada. Um grande avanço no sentido de impedir que as pessoas fizessem justiça por elas mesmas e de forma desproporcionada foi a introdução da lei de talião, com o aparecimento do *Código de Hamurabi*, por volta de 1780 a. C. na Babilónia, que estabelecia a proporcionalidade das penas: *«olho por olho, dente por dente, sangue por sangue»*. Um exemplo é o artigo 25, no seu número 27, em que se diz: *«Se um construtor edificou uma casa para um Awilum<sup>1</sup>, mas não reforçou o seu trabalho, e a casa que construiu caiu e causou a morte do dono da casa, esse construtor será morto»*.

Quando apareceram as religiões monoteístas, e principalmente o cristianismo, verificámos que a ideia de vingança de retaliação ainda está muito presente. No Antigo Testamento, as escrituras no *Êxodo* 21:25 apresentam ainda a lógica do *«olho por olho, dente por dente, mão por mão, pé por pé, queimadura por queimadura, chaga por chaga, pisadura*

por pisadura». Com a mensagem transmitida pelo Novo Testamento, Jesus cumpre a Lei com a Graça do Perdão e diz em *Mateus 5,38-39*: «Ouvistes o que foi dito: Olho por olho e dente por dente. Eu digo-vos: Não oponhais resistência ao mau; se alguém te bater na face direita, oferece-lhe também a outra.» Devemos deixar a vingança nas mãos de Deus. Na *Carta aos Romanos 12:19* afirma-se «Não façais justiça por vós mesmos, ó caríssimos, mas dai antes lugar à ira de Deus, porque está escrito: A mim pertence fazer justiça, Eu é que hei de retribuir, diz o Senhor.»

A mensagem que o cristianismo tenta passar é a de que devemos resistir à vontade de nos vingarmos e devemos expressar amor, não nos alegrando quando o inimigo é castigado.

A vingança é pois uma retaliação com objetivos essencialmente destrutivos, não busca acordos ou reconciliações, apenas fazer o outro experimentar um dano maior do que aquele que causou.

Com o aparecimento dos sistemas jurídicos, a punição dos delitos passou a ser de competência exclusiva do Estado, que avocou para si o controlo da justiça, mediante a aplicação de leis penais, como uma retribuição pelo mal causado.

A vingança estatal proporcionada pela justiça, se administrada com observância de todos os preceitos legais, restabelece o equilíbrio entre os membros da sociedade, perturbado pelo sentimento de perda causado pelo delito. Tenha-se presente que, mesmo em países que vivem dentro dos padrões da civilização ocidental, nem sempre a dosagem dessa vingança se encontra dentro do razoável, como é o caso dos Estados Unidos, onde os parentes próximos das vítimas são convidados a assistir às execuções das sentenças de morte aplicadas aos condenados.

Em boa verdade e apesar do aparecimento dos sistemas jurídicos que tentam impedir a prática de uma vingança pessoal transferindo esse apetite desordenado de retaliação para o Estado, a verdade é que, enquanto instinto, ele esteve, está e continuará a estar presente na espécie humana, ora com matizes mais ou menos carregados, de acordo com as épocas históricas, e com os perfis psicossociais de cada um de nós.

Basta termos presente que se trata de um tema recorrente nos livros, em filmes, séries e telenovelas de sucesso, desde a *Iliada* até ao *Conde de Monte Cristo*, de *Kill Bill* a *V de Vingança*, entre muitos e muitos outros. Mas porque é que há tamanho êxito nestas histórias que envolvem a vingança que geralmente está ligada a tragédias, se o trágico

geralmente é repreendido e afastado pelos instintos humanos? Parece haver, se não um incentivo, pelo menos uma benevolência ou até mesmo uma identificação com a atitude de vingança, de fazer com que o outro sofra o que é sofrido por nós.

Ora, partindo da frequência desta temática no mundo e na cultura que nos rodeia, torna-se pertinente analisar a nossa História e dar a conhecer alguns episódios de vingança que a marcaram.

Desde o início da nacionalidade até aos primeiros anos da década de 80 do século xx, apresentamos um conjunto de 43 episódios que têm como substrato comum o facto de se tratarem de casos de vingança. Para melhor organização distribuímos-los por um conjunto de subcapítulos, de acordo com o motivo e com as suas especificidades. Assim temos vinganças por razões políticas, económicas e religiosas. Mas temos igualmente retaliações despoletadas pela perfídia feminina, e como afirmava Nietzsche *«na vingança e no amor a mulher é mais bárbara do que o homem»*; umas tiveram no coração enamorado o seu grande móbil; outras foram motivadas pela defesa da honra; algumas colocaram irmãos contra irmãos. E depois há aquelas que viram na guerra a única forma de serem sanadas; e as que se viram saciadas em sangue, ou seja, conduziram a um crime. Finalmente, surgem aquelas que, tendo passado à prática, falharam redondamente no objetivo de alcançar a tão desejada vingança.

Por último, uma palavra de agradecimento a todos aqueles que contribuíram para que esta obra pudesse tomar forma, em particular a Sofia Santos Monteiro, pela confiança que continua a depositar no nosso trabalho, e ao núcleo familiar que se adaptou às ausências recorrentes e não apenas físicas.

# I

## VINGANÇAS POR RAZÕES POLÍTICAS

*«Os homens devem ser adulados ou destruídos, pois podem vingar-se das ofensas leves, não das graves; de modo que a ofensa que se faz ao homem deve ser de tal ordem que não se tema a vingança.»*

MAQUIAVEL

*«A política é quase tão excitante como a guerra e não menos perigosa. Na guerra a pessoa só pode ser morta uma vez, mas na política diversas vezes.»*

WINSTON CHURCHILL

## 1.

### **D. João II e a conspiração do duque de Bragança** **«[...] dissimulou de maneira que nunca pessoa** **alguma entendeu nada nele, e tudo guardou em si»**

Reconhecendo D. João II, ao chegar ao trono em 28 de agosto de 1481<sup>1</sup>, que o pai o deixara em «muitos trabalhos e perigos»<sup>2</sup>, era a hora de remediar os abusos que D. Afonso V cometera em favor da classe senhorial, alterando a política da governação seguida até então<sup>3</sup>.

As lutas no Norte de África e em Castela tinham levado o progenitor a compensar os seus companheiros de armas com mercês, honras e isenções que eram motivo de agravo não só para os povos do reino, mas também punham em perigo o próprio poder do monarca. Existia assim, no País, um grave conflito social de que o novo rei tinha plena consciência, na medida em que lhe fora dito que «*elRey seu padre criara estes senhores de Portugal, tanto em suas vontades e lhes dera tanto favor que lhes fizera muito dano*»<sup>4</sup>. Ora, a nobreza favorecida por D. Afonso V via agora o filho «*dessemelhante da nação e condição de seu pai*»<sup>5</sup>, pelo que tinha também de defender as benesses conquistadas. A tensão avolumava-se, conjeturavam-se reações, planos de defesa e de ataque. O confronto estaria para breve, ocorreria nas Cortes de Évora, em 11 de novembro de 1481.

Logo que foi sepultado D. Afonso V, o novo soberano convocou Cortes para a cidade de Évora, mandando informar as cidades, vilas e alcaides «*pera obediencia e menageês*»<sup>6</sup>. A 11 de novembro, no paço contíguo ao Mosteiro de São Francisco, abriram solenemente as Cortes com a presença do clero, da principal nobreza e dos procuradores municipais. Era costume antigo que no início de cada reinado os nobres que estavam na posse dos castelos do rei renovassem a menagem que por

eles era devida. D. João II resolveu introduzir algumas modificações no cerimonial. A menagem devia ser prestada de joelhos, tendo o fidalgo as mãos postas e metidas entre as do rei, que estaria sentado no trono. Era uma cerimónia feudal que se praticava em França e que o *Príncipe Perfeito* resolvera adotar. Os fidalgos da mais alta hierarquia sentiram-se agravados. A sua conceção era a de que o rei era o primeiro dos nobres, a quem se dirigiam com respeito, embora sem servilismo. O texto que cada nobre deveria recitar era longo, o que agravava o carácter humilhante daquela cerimónia<sup>7</sup>. Mas mais, o monarca mandava ainda que se fizesse um livro onde se indicassem todas as homenagens com o dia, mês e ano, com as assinaturas dos alcaides e das testemunhas. Também todos e quaisquer privilégios, liberdades, doações, graças ou mercês deveriam ser remetidos novamente ao monarca para que ele os confirmasse.

Não era apenas o rei que, de livre vontade, impunha limites ao poder da nobreza. A pedido dos povos, Sua Majestade promulgou várias ordenações que foram recebidas com agrado destes, como permitir que os corregedores régios entrassem nas terras dos nobres; as terras dos fidalgos não podiam servir de asilo a malfeitores; os poderosos não podiam em suas terras tomar pão, quando o tinham nos seus celeiros, pelo preço que lhes aproovesse; não podiam, igualmente, lançar pedidos em suas terras, mesmo que fosse a título de empréstimo; não podiam intrometer-se nas eleições dos officios dos concelhos; entre outras medidas.

Todas estas decisões atentatórias dos direitos e privilégios dos nobres mereciam uma resposta. Foi o chefe da nobreza, D. Fernando, 3.º duque de Bragança, título a que juntava o condado e ducado de Guimarães, homem capaz de recrutar nas suas terras um exército de 3000 cavaleiros e 10 000 infantes, primo de D. João II, quem tomou a iniciativa do protesto. Entendia que aquela exigência de juramento era um vexame e, se fosse forçado a prestá-la, o faria contra a sua íntima vontade, o que lhe tirava todo o poder vinculante. Na sua família havia, aliás, privilégios que tornavam aquela exigência ilegal. Para o comprovar, mandou um criado seu ao paço de Vila Viçosa, para trazer os velhos pergaminhos concedidos pelos reis anteriores que o garantiam contra tais humilhações. Ora esse criado teria sido ajudado por outro que, remexendo nos papéis do duque, teria encontrado perigosas provas que comprometiam o duque, mostrando que ele estava em correspondência com os Reis Católicos, com os quais conspirava «*contra o estado, honra e serviço d'el-rei*».

Os documentos foram então levados a D. João II, que os fez copiar a Antão de Faria, camareiro-mor de el-rei, pessoa da sua mais fiel confiança, e colocar de novo no seu esconderijo. Por eles, ficou a saber que o duque conspirava, porém «*dissimulou de maneira que nunca pessoa alguma entendeu nada nele, e tudo guardou em si*»<sup>8</sup>.

Mas para quê dissimular, se as cartas revelavam uma situação real de perigo e de ameaça para a pessoa do rei? Os cronistas oficiais relacionam essa atitude do monarca com as chamadas *Terçarias de Moura*. Neste caso não era nenhuma situação de litígio que estava em questão, mas sim de um projeto de casamento. Quem estava depositado em poder de terceiro eram os próprios esposados, jovens de mais para poderem efetivar o casamento ajustado: o príncipe D. Afonso, único filho legítimo do rei português, e a princesa D. Isabel, filha mais velha dos Reis Católicos e presumível herdeira dos seus tronos. A depositária dos jovens príncipes era a infanta D. Beatriz, viúva do infante D. Fernando, tia do rei e mãe do duque de Viseu e da mulher do duque de Bragança, ao qual era especialmente afeiçoada. D. João II teria pois receado que qualquer ataque seu ao duque provocasse uma reação de D. Beatriz, única pessoa que, de acordo com os ajustes feitos, tinha então autoridade sobre o herdeiro do trono português. E foi adiando qualquer atitude até conseguir a anulação das terçarias, obtida depois de uma complicada negociação, em 15 de maio de 1483.

De Moura, partiu então o jovem príncipe, chegando a Évora, onde se encontrava D. João II, a 27 de maio de 1483. O rei sentia-se finalmente livre para poder passar à ofensiva. Era findo o tempo da dissimulação, poderia proceder à sua vingança.

Entretanto, dois dias volvidos, a 29 de maio, o duque de Bragança, que também se encontrava em Évora, decidiu pedir uma audiência a Sua Alteza, com o pretexto de se despedir, pois partiria para as suas terras. D. João II encontrava-se a despachar uns diplomas juntamente com alguns dos seus funcionários. Mandou que lhe trouxessem uma cadeira para que se sentasse. Quando a sala ficou vazia, o duque aproveitou para falar abertamente das suspeitas que sentia existirem sobre si, queixou-se de quem o caluniava e pediu ao interlocutor uma investigação rigorosa e o castigo dos verdadeiros culpados. D. João, sob pretexto de naquela sala se não ver nada, pois o sol já se pusera, convidou D. Fernando a passarem a uma outra. Aí chegados, o rei proferiu a sua resposta.

O requerimento que o duque de Bragança pedia era tão justo que não podia deixar de o deferir; e, para começar, ordenou ao duque que se considerasse preso... mas apenas para sua segurança e para que a investigação pudesse decorrer com a maior brevidade. Bem sabia o duque que «*um homem tal como eu não se prende para soltar*»<sup>9</sup>.

A notícia difundiu-se rapidamente. Nas ruas, porque se falava de deslealdade contra D. João, foi coisa muito estranha e contrária nos ouvidos e corações de todos, pelo que a gente da cidade acorreu logo a procurar o rei. Eram velhos e moços. E eram tantos que não cabiam nas ruas e nas praças. Como sempre acontece, as multidões não são brandas nos seus gritos de vingança, sem piedade. Naquelas circunstâncias, a noite aumentava ainda mais o efeito do ruído, do espanto e do medo que se vivia. Segundo dá a entender Garcia de Resende, que estava em Évora na altura, D. João II fizera constar que era a sua vida que estava em risco, recordado talvez do exemplo da execução do Andeiro, na qual o mestre recorreu a idêntico estratagema.

Recolhido com os seus conselheiros, o monarca explicou e justificou a decisão. As primeiras medidas de segurança foram imediatamente tomadas. Era imperioso que se avisasse os reis de Castela. Avisados do que acontecera pelos enviados reais, sem oposição entregaram-se vinte e cinco fortalezas do duque. Os irmãos deste, o marquês de Montemor e o conde de Faro, prontamente, refugiaram-se no reino vizinho.

Estudado o processo por um conjunto de letrados da Casa da Suplicação, organizado o respetivo libelo, convocadas as testemunhas, o caso foi julgado em Évora. Demorou vinte e dois dias. No final, por ordem régia, foram acrescentados alguns fidalgos e cavaleiros, gente insuspeita, que com os juizes perfaziam vinte e um.

Reuniram-se numa sala, revestida de tapetes onde estavam representadas a História, a Equidade e a Justiça do imperador Trajano. À volta de uma grande mesa, todos se sentaram, e no topo o rei; a seu lado, numa cadeira, o duque. Assistiu o acusado, por duas vezes, às alegações finais. Na sessão em que estava previsto ouvir as testemunhas, não esteve presente. Recusava-se a compactuar em toda aquela farsa. O soberano que decidisse o que quisesse pois era ele quem mandava, ele aguardaria o julgamento de Deus.

A votação final começou com um discurso do rei. Demoraram dois dias a votar. Finalmente, já na noite do segundo dia, o veredicto final:

*«acordaram que o duque morresse de morte natural, e fosse na praça da cidade de Évora publicamente degolado, e perdesse todos os seus bens, assim os patrimoniais como os da Coroa, para o fisco e Real Coroa de el-rei»<sup>10</sup>.*

No dia 23 de junho de 1483, ao amanhecer, o duque foi transportado em cima de uma mula para a praça. Ainda não acreditava que iria ser morto, talvez o levassem para o cativoiro, numa outra qualquer fortaleza. Mas, assim que viu que a mula em que seguia ia em direção à praça da cidade, adivinhou logo o seu futuro. O confessor Paulo já o esperava e foi com ele que aliviou a sua alma antes de partir deste mundo, redigindo também as suas últimas vontades, pedindo aos seus serviçais para que não ficassem com qualquer sentimento de revolta ou desejo de vingança em relação à figura real. Foi depois vestido com uma loba roçagante<sup>11</sup>, capelo e carapuça, tudo de cor preta. Ataram-lhe em seguida as mãos de modo que ficaram diante da cintura. E enquanto faziam tudo isto lhe diziam que tivesse paciência e não se escandalizasse, porque assim era a vontade do monarca. E ele apenas respondeu: *«Sofrê-lo-ei, e mais um baração no pescoço, se Sua Alteza mandar.»<sup>12</sup>* Saiu depois em direção ao cadafalso, feito de madeira todo coberto de pano preto, tal como se fizera em Paris havia pouco tempo, também numa cerimónia em que um duque fora degolado por ordem de Luís XI de França. Garcia de Resende regista que quando o duque o viu teria exclamado: *«Aqui como em França.»*

A população acorrera em peso à praça para ver a execução. Também os principais do reino aí estavam presentes. Assim que chegou ao cadafalso, o duque de Bragança ajoelhou-se, e com o olhar pregado na Igreja de Santo Antão que ficava mesmo em frente, fez a última oração a Deus, encomendando-lhe a alma e que velasse pela dos familiares que ficavam. E depois de se levantar, ouviu dois pregoeiros exporem todo o processo, os motivos e os argumentos que haviam conduzido à sua condenação. Era chegado o momento. Um algoz vestido de preto chegou perto dele por trás, cobriu-lhe a cabeça com uma toalha e, em seguida, com um grande e afiado cutelo que retirou debaixo da loba, perante todos, cortou-lha.

D. João II foi o único a fazer luto. Foram as suas ordens. Fechou-se durante três dias, vestido com *«panos de lã pretos e capuzes cerrados»<sup>13</sup>*. Mas a sua repressão justiceira não terminou aqui. Mantendo-se o marquês de Montemor, que também havia sido referenciado nos papéis

comprometedores que estavam em posse de D. Fernando e, de facto, o verdadeiro autor de atos conspiratórios, refugiado em Castela, D. João II decidiu, de qualquer modo, julgá-lo e condená-lo. Foi executado em effigie. Quando a cabeça rolou sob o cutelo do carrasco, jorrou abundantemente o «sangue», uma tinta vermelha que o rei mandara colocar no vulto que figurava o duque para impressionar mais a assistência<sup>14</sup>.

Com a execução do duque de Bragança, D. João II conseguiu alcançar os objetivos a que se propunha: eliminou a mais forte e influente figura da nobreza portuguesa e atemorizou toda a nobreza, mesmo a alta nobreza, alertando para o facto de que o soberano era ele e que ninguém estava acima da sua autoridade.

No entanto, conseguia ainda uma outra coisa. Com a morte do duque de Bragança e confisco de todos os seus bens, D. João II punha fim a uma das mais importantes casas senhoriais de Portugal, se não a mais importante na época. O duque era senhor de cinquenta povoações, pertencia-lhe quase metade do País. Era duque de Bragança e de Guimarães, marquês de Vila Viçosa, conde de Neiva, de Ourém, de Arraiolos, de Barcelos; senhor de Montalegre, Penafiel, Monforte e outras muitas vilas do Norte e do Alentejo. Possuía vários monopólios e tinha o direito de dispor, como se fossem suas, das comendas de algumas ordens. E tudo isso, de um momento para o outro, passou a pertencer à coroa<sup>15</sup>.

De forma ardilosa, pois subsistem muitas dúvidas sobre se de facto o duque de Bragança conspiraria já que, na realidade, a correspondência apresentada como comprovativo de traição não continha mais do que expressões de cortesia e oferecimento de serviços aos Reis Católicos conformes ao gosto da época<sup>16</sup>, D. João II conseguia eliminar o seu primeiro grande obstáculo à centralização do poder que pretendia encetar. Não obstante, a nobreza não se ficaria sem dar uma resposta. Outros perigos ainda estavam para vir, outras ameaças à figura do *Príncipe Perfeito* se levantariam.